

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS & EDUCAÇÃO PARA A CULTURA DE PAZ: COMPONENTES CURRICULARES INOVADORES PARA A PRÁTICA DOCENTE

Elione Maria Nogueira Diógenes
UFAL
elionend@uol.com.br

Geisa Carla Ferreira Gonçalves
UFAL
geisacarla2420@gmail.com

1

RESUMO:

Este texto procura dar conta de novos componentes curriculares para a ação docente. Com esta pesquisa buscamos adentrar o campo das políticas curriculares para a educação em direitos humanos e a educação para a cultura de paz, buscando apontar caminhos para a inserção dessas temáticas em sala de aula e conseqüentemente nas práticas docentes. Estudamos a temática por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental. A abordagem levou-nos a concluir que os novos componentes curriculares introduzidos a partir do limiar do século XX nas escolas brasileiras dão conta da diversidade cultura e modifica a ação docente.

Palavras-chave: Educação em direitos humanos; Educação para a cultura de paz; Práticas docentes.

1 INTRODUÇÃO

Desejamos a paz! Uma paz construída com voz, justiça social, espiritualidade, arte, lazer, prazer e cordialidade. Uma paz que nos faça mais humanos, e, portanto, mais educados e educadores. (MATOS, 2015, p. 23).

A escola pública brasileira conheceu a partir de 1996, um rol de transformações que alteraram a face da escola. Tais transformações ocorreram de forma acelerada e se instalaram em cada unidade escolar a seu modo.

Uma das grandes mudanças que se passou diz respeito à questão do currículo. Este foi totalmente remodelado no sentido de atender às novas demandas do século XX em diante.

O currículo é parte essencial da alma escolar. Para Perrenoud (2003, p. 18):

O projeto do sistema escolar encarna-se no seu currículo, conjunto de objetivos e de conteúdos. Apesar das controvérsias a respeito, nunca extintas, o currículo está inscrito em textos que têm força de lei e não podem ser inconsequentes, mesmo se subsiste certa margem de interpretação.

Neste sentido, o currículo escolar é determinante para o processo de ensino e aprendizagem. A partir das reflexões do autor em tela, podemos afirmar que: 1) o currículo compreende os conteúdos e a metodologia que devem ser abordadas de modo que esse seja plenamente trabalho no campo pedagógico; 2) o currículo tem força de lei, isto é, a escola, por si só, mesmo que tenha uma relativa margem de autonomia não tem poderes de determinar se quer trabalhar pedagogicamente esse ou aquele currículo.

A discussão sobre currículo é ampla e complexa (SAVIANI, 1994; SILVA, 1996; SILVA, 1999a, SILVA 1999b). Em tal sentido apresentamos Perrenoud (2003, p. 19) ao colocar que:

O currículo tenha precedência e se fundamente naquilo que pareça essencial para ensinar e aprender, em vez de fundamentar-se na obsessão de avaliar de modo preciso ou na preocupação de fazer boa figura diante de uma concorrência que passa por tantas imediações.

Assim, o ideal na composição do currículo é focar na essencialidade entre o que é importante o aluno aprender e o docente lecionar. No Brasil, a malha curricular tem abrangido temas cada vez mais inovadores como a Educação em Direitos Humanos e a Educação para a Cultura de Paz.

Este texto trata disto, da importância destes dois componentes curriculares para o processo de ensino e aprendizagem nas diferentes unidades escolares do Brasil. Estruturalmente, o texto compõe-se de quatro partes centrais, a saber: esta introdução, o segundo tópico trata da educação em direitos humanos, o terceiro tópico relaciona-se com a educação para a cultura de paz e a relação com os jovens, e, a quarta seção envolve a conclusão. Nos próximos tópicos desenvolvemos o tema em tela.

2 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: possibilidades pedagógicas

A temática da Educação em Direitos Humanos (EDH) entrou relativamente tarde na malha curricular da escola brasileira. Sua data de inserção na área curricular vem de 1996, quando da implantação do “I Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH)” que instituía a necessidade de se colocar a EDH como ação estratégica no campo do

ensino, com vistas a discutir, debater, refletir e fundamentar os direitos humanos universais, portanto, diz respeito a todos os seres humanos; e não, a uma pequena parcela da população como tem sido desde, então, no Brasil.

É importante esclarecer que a EDH tem três componentes primordiais: a) tem caráter contínuo; b) transforma atitudes e comportamentos; e, c) compõe-se de sensibilização e conscientização de valores humanos que preservam a vida e a dignidade da pessoa humana. Nisto, tratar de EDH não é simplesmente criar uma disciplina para pedagogicamente trabalhar essa temática, pois é uma questão social, cultural, política e subjetiva.

Assim, trata-se de relacionar temas dos direitos humanos em todas as disciplinas da educação formal. Acrescentemos a isto que a EDH também pode ser abordada no âmbito da educação informal e não formal. Portanto, é preciso que não só a escola aborde a EDH; mas, a sociedade como uma totalidade.

Assim, educar para os direitos humanos significa que os professores (as) necessitam rever seus valores também e sua metodologia pedagógica, partindo de um processo permanente, transformador e dialógico como pensa Freire (1967).

Ao se falar em EDH estamos aventando educar para a sensibilidade humana. Apesar de a humanidade ter atravessado profundas transformações no campo da tecnologia, na área das relações humanas ainda vivemos num ambiente de barbárie em que os direitos humanos são permanentemente engados. Por isso, arrostar a questão da EDH é confrontar-se com uma situação de desrespeito à vida humana.

Quando queremos trabalhar com a EDH remetemo-nos ao desenvolvimento de uma cultura de respeito à dignidade humana por meio do agenciamento e da vivência de valores que permitem aos homens e às mulheres viverem em liberdade, justiça, igualdade, solidariedade, cooperação, tolerância, união, amizade, fraternidade e paz. Por isto que a EDH e a Educação para a cultura de paz são convergentes dentro de um currículo transformador.

Tanto a EDH quanto a Educação para a Cultura de Paz permitem reinventar as mentalidades, os costumes e as atitudes que consolidam os direitos humanos.

A EDH enquanto cultura educacional rompe com uma visão tradicional de cultura elitista, que privilegia poucos em detrimento de muitos.

A mutação cultural passa pelo enfrentamento dessa herança. Ao se educar para os direitos humanos estamos assumindo uma postura transformadora e criativa. O primeiro eixo de sustentação da EDH é o reconhecimento do direito à vida com dignidade.

Podemos afirmar que esta é uma grande revolução no âmbito curricular. A EDH enfatiza que os direitos humanos são universais, pois se estendem a todos os seres humanos. São interdependentes e indivisíveis, isto é, ninguém pode separá-los sob qualquer ponto de vista.

A EDH compreende que os direitos humanos são históricos, pois não foram dados; e sim, conquistados. Assim, a EDH prepara para a cidadania. A cidadania é uma condição *sine qua non* para a boa relação entre os sujeitos sociais e a cidade. Nisto, a EDH trabalha com a realidade social e ao fazer assim, conscientiza politicamente os (as) educandos (as) no sentido de exercitarem sua consciência crítica.

3 EDUCAÇÃO PARA A CULTURA DE PAZ: reflexões

Conhecer pessoas é reconhecer que estamos em permanente relacionamento. Olhar as pessoas, por dentro, sem desconfiança, sem medo, sem preconceitos. Aqui revemos as problemáticas, as frustrações, anseios e alegrias presentes nas falas dos pesquisados com a relação à educação para a cultura de paz. Nos próximos tópicos, essas questões são tratadas de forma mais contundente.

A paz não é tanto algo acabado ou um objeto do qual detemos a posse uma espécie de mercadoria, mas um acontecimento e um processo no qual nos engajamos, participamos e construímos (GUIMARÃES, 2006, p. 1). Em relação aos jovens, essa máxima é ainda mais verdadeira, tendo em vista que a relação destes, com os pais ou amigos, dentro ou fora da escola, nem sempre é embasada na Cultura de Paz.

É preciso formá-los para que possam conviver com o próximo, aceitando e respeitando as diferenças de uma forma solidária. É pertinente que os jovens percebam que essa relação horizontal dar-se-á de forma gradativa através de projetos e ações que a escola pode organizar.

A escola desempenha um papel relevante, do ponto de vista da Cultura de Paz, a partir do momento em que introduz projetos para trabalhar Valores Humanos como

amor, respeito, tolerância, generosidade dentre outros, criando um espaço dialógico, favorável ao acolhimento de todos, ampliando sua ação junto à família que, na maioria das vezes, só comparece às reuniões para saber se seu filho atingiu a média nas avaliações, ou quando convocada pela gestão, caso o aluno transgrida as normas escolares. Até que ponto isso tem sido de fato, prática recorrente nas escolas públicas cearenses?

A crise da inversão de Valores Humanos reflete consideravelmente no ambiente escolar, causando muitas vezes conflitos que poderão ser resolvidos se gestores e professores souberem trabalhar de forma dialógica e solidária, os envolvidos no processo, não somente através de uma conversa informal, mas também no envolvimento em projetos inovadores, exercitando assim os Valores Humanos (amor, respeito, honestidade, tolerância, generosidade).

Somente através desse caminho poderemos repensar práticas adequadas, tendo, portanto, como parceiros a comunidade escolar, que através desse processo de participação ativa poderá transformar esse cotidiano. A esse respeito é importante afirmar que somente na troca da experiência, do diálogo, e da participação ativa, podemos melhorar as vivências no cotidiano escolar:

A escola tem um papel primordial no resgate da participação dos pais em atividades que facilitam esse diálogo, tanto na escola como na família, permitindo que ela encontre um espaço de interação junto à comunidade escolar e perceba a mudança de uma realidade tão desigual.

Para tanto, é necessário que o educador estabeleça uma melhor forma de intermediar os conflitos existentes no espaço escolar, facilitando uma interação positiva com o educando. De todos os valores que a escola trabalha, consideramos o amor como o mais relevante, pois dentre as diversas linguagens que educam para a vida, a mais importante é a da ‘amorosidade’, pelo fato de que sem amor não há como encontrar razão para realizar ações coerentes.

A linguagem do amor é, antes de tudo, a da aceitação, que permite o diálogo. Se o ser humano colocar amor em tudo o que fizer, obterá seu crescimento pessoal. Será bastante proveitoso, portanto, a escola promover momentos de valorização dessa prática, tendo como base seu envolvimento e ressaltando a importância da fala que,

certamente, abrirá espaços para uma comunicação verdadeira, permitindo, assim, a introdução de uma Cultura de Paz no ambiente escolar e social do aluno.

A escola necessita enfrentar e vencer novos desafios, pois precisa desenvolver uma prática pedagógica para além da transmissão dos conhecimentos sistematizados (FREIRE, 1996). É necessário criar espaços para que o educando possa empreender, ele próprio, a construção do seu ser, ou seja, a realização de suas potencialidades em termos pessoais e sociais. Mais do que nunca, é preciso que a educação assuma um papel relevante nessa ação formativa (FREIRE, 1996, p. 20).

[...] o educando precisa se assumir como tal, mas, assumir-se como educando significa reconhecer-se como sujeito que é capaz de conhecer e que quer conhecer em relação com outro sujeito igualmente capaz de conhecer, o educador e, entre os dois, possibilitando a tarefa de ambos, o objeto de conhecimento. Ensinar e aprender são assim momentos de um processo maior – o de conhecer, que implica reconhecer.

Devem ser incorporadas, na escola, atividades básicas para a promoção de um modelo de educação, que tenham como meta: solidariedade, participação comunitária, companheirismo, participação juvenil e respeito aos direitos humanos, que contribuam significativamente, para a construção de uma escola que propicie uma Cultura de Paz.

Para que isso aconteça, é necessário, não apenas, mobilizar os jovens na ação coletiva e participativa, mas formá-los para que consigam identificar demandas na comunidade, organizando projetos que possam, através de parcerias e recursos, proporcionar visibilidade e reconhecimento por esses jovens, com a intenção de torná-los referências nas lutas sociais.

Cabe então, à comunidade escolar, perceber a importância de um planejamento coletivo, para que todos se tornem responsáveis pela resolução dos conflitos diários, que só serão solucionados através do diálogo, que se instituirá como momento de aprendizagem.

Dessa forma, a escola pode vir a ocupar um espaço privilegiado na condução da Cultura de Paz, engajado por sua participação central nos esforços por mudanças sociais e na construção da autonomia baseados em valores vividos. Isso implica o exercício da cidadania, na mediação e resolução de conflitos que surgirem no cotidiano escolar.

No enfrentamento desses conflitos, professores e alunos devem ser capazes de interagir num diálogo permanente, a fim de que possam conviver na busca constante do

cultivo da paz, estabelecendo o respeito às diferenças, e aceitando mutuamente as limitações uns dos outros, pois só assim teremos uma escola participativa que estará contribuindo no estabelecimento de uma Cultura de Paz.

Em outras palavras, verificamos o quão importante é o estabelecimento de uma participação efetiva, em que todos sejam responsáveis pela construção de uma Cultura de Paz, pois a escola tem o poder de incentivar a prática dos Valores Humanos, para a melhoria da condição de seus alunos. Acreditamos que o diálogo, o reconhecimento e o acolhimento nas relações com os jovens são fatores fundamentais esse fortalecimento.

Apesar dos limites impostos socialmente, os jovens são atores sociais que contribuem com a construção da sociedade. Sendo assim, essa participação é fundamental nesse processo, pois escola e sociedade devem valorizar essa prática dialógica. Os alunos precisam ser compreendidos como seres de existência dialógica e não como problemas, é isto que nos alerta Matos (2003).

Nas escolas, apesar do estímulo que se dá à implementação da democracia, ainda é limitada a liberdade dos jovens para fazerem protestos voltados à melhoria da educação e, conseqüentemente, da sociedade em geral, bem como de participação no planejamento de ações e estratégias a serem colocadas em práticas para seu efetivo preparo como autênticos cidadãos.

Por essa razão, as ações direcionadas a reduzir as desigualdades sociais, dentro e fora da escola, precisam de uma organização que congregue esforços individuais e/ou coletivos emanados para esse fim. Para o enfrentamento desse desafio, o planejamento participativo pode ser praticado a partir de mecanismos eficazes, possibilitando o acolhimento dos educandos de forma a ser trabalhado o respeito às diferenças individuais.

Nesse sentido, Jares (2002, p. 126) considera que

[...] a viabilidade da paz se origina na forma como se conduz a oportunidade de lidar com o conflito presente na divergência, procurando valorizar o direito dos demais, observando o senso de justiça e democracia. A partir dessa definição o autor apresenta o conceito de paz positiva. A concepção de paz leva-nos a relacioná-la ao conceito de justiça social e de desenvolvimento, mas também com os conceitos de direitos humanos e democracia [...].

Para que esse processo aconteça de forma satisfatória, é necessário que gestores e educadores coloquem como prioridade a temática da Cultura da Paz, promovendo

momentos de estudos e reflexões, a fim de preparar indivíduos, fortalecendo a difusão desse trabalho.

Na pesquisa que realizamos percebemos que os alunos estão ansiosos por viverem em um ambiente de paz. Cabe a cada um que participa do processo educativo oportunizar momentos de construção de projetos que envolvam os jovens na elaboração de ações, possibilitando um espaço de participação política, no qual poderão manifestar seus anseios e buscar meios de sanar suas dúvidas.

8

4 CONCLUSÃO

Tanto a construção da EDH quanto a Educação para a Cultura de Paz precisam ser vivenciada na escola, que deve permanecer atenta a tudo o que se passa no seu interior. Os conflitos não deixarão de existir, mas devem ser resolvidos num processo dialógico como bem ressalta Freire (2005, p. 25): “Ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz numa relação horizontal, em que a confiança de um polo no outro é consequência óbvia.”. Assim, a EDH e educação para a cultura de paz podem contribuir para a melhoria das relações sociais e humanas.

A cultura da EDH e da Cultura de Paz formam o caminho para essa mudança que será construído e reconstruído no dia a dia, na medida em que a escola, com a parceria da comunidade, compreenda melhor os problemas educacionais, a fim de que todos assumam o papel de corresponsáveis na tarefa da educação. Participar no âmbito escolar, como cidadãos, requer capacidades e autonomia para decidir e pôr em prática as decisões.

Estabelecer esse canal de participação não chega a ser uma tarefa simples, mas exige um esforço individual e coletivo para que os objetivos sejam realizados. Esse é, portanto, um grande desafio do qual o gestor escolar não pode se esquivar. A integração escola e comunidade é um canal aberto para todos os que estejam envolvidos na construção de um planejamento voltado para a construção de Valores Humanos fundamentados na EDH e na Cultura de Paz, a serem adotados por alunos e docentes.

A escola passa a ser vista, então, como um espaço político e pedagógico, permitindo que a comunidade escolar participe, promovendo, assim, uma Cultura de EDH e de Cultura de Paz verdadeiras, que incentive a prática de Valores Humanos numa ação permanentemente dialógica (FREIRE, 2005).

Dessa forma, a comunidade escolar passará a compreender o sentido da participação, no momento em que todos se tornem responsáveis pelas atividades educativas, e pela condução de projetos que fazem parte da rotina escolar, pois o processo pedagógico não se circunscreve, apenas, à sala de aula.

Esse é o traço inicial para construir valores de paz, apropriando-se dessa discussão, realizando ações na escola que devem possuir como meta, o diálogo, o respeito mútuo, a afetividade com o próximo, e a valorização da diversidade e da cultura local. Não há uma sequência certa a seguir, o essencial é que a comunidade esteja envolvida nesse programa.

O diálogo com alunos e a comunidade apresenta-se como a forma mais efetiva de construir a paz no espaço escolar. As experiências positivas com jovens e escolas devem ser mais divulgadas. É importante apresentar à sociedade imagens positivas da juventude.

A instituição escolar está se aproximando dos interesses dos jovens, em especial através de projetos educativos que possibilitam mecanismos de participação dentro e fora da escola e que dizem respeito à prática de Valores Humanos. Muitas vezes, os jovens são entendidos, apenas, sob a ótica do problema, desconsiderando suas potencialidades como seres ativos, criativos e participantes.

O ambiente escolar deve ser acolhedor e mais integrado à reflexão constante de comportamentos condizentes com os Valores Humanos. Se todos que interagem no dia a dia escolar adquirirem o hábito permanente do diálogo, que favorece o respeito às diferenças, reforçando comportamentos solidários, é possível estabelecer um ambiente de 'paz', valorizando as expressões e os comportamentos positivos dos alunos.

Jares (2002) ressalta que a concepção de paz positiva deve ser trabalhada no espaço escolar, através da abertura de momentos de estudos com todos da comunidade escolar e na redefinição de parâmetros que nortearão essa ação, a fim de que seja fortalecida uma prática de educação voltada à paz. Sobre isso, o autor citado assim se posiciona:

[...] concebemos a EP (educação para a paz) como um processo educativo contínuo e permanente, fundamentado nos dois conceitos fundadores (concepção de paz positiva e perspectiva criativa do conflito), que, pela aplicação de métodos problematizantes, pretende desenvolver um novo tipo de cultura, a Cultura de Paz, que ajude as pessoas a entender criticamente a realidade, desigual, violenta,

complexa e conflituosa, para poder ter uma atitude e uma ação diante dela.

Acreditamos ser possível ir além e não se limitar somente à formação dos educadores nesse conceito de paz, mas introduzir também outros parceiros que interajam nessa relação dialógica de ‘escuta verdadeira’, ou seja, aquela que assegura um diálogo legítimo da escola com o aluno, havendo, por parte dos gestores e professores, a facilitação da fala do educando, considerado fator fundamental para o desenvolvimento da Cultura de Paz nas escolas.

Dessa forma, a pesquisa sobre o ambiente escolar deve considerar o processo educacional como dialógico e dialético em que ambos os agentes da ação pedagógica ensinam e aprendem (MATOS, 2001). Torna-se, então, viável à escola incentivar a elaboração de projetos que trabalhem as temáticas da EDH e da Cultura de Paz, a fim de que a comunidade escolar possa, realmente, participar. Muitas iniciativas devem favorecer esse processo no cotidiano escolar.

A Escola precisa desenvolver e colocar em prática habilidades básicas no cotidiano, para atuarmos como construtores da paz e defensores da EDH, ou seja: a) ampliar a capacidade de escuta sensível (empatia, compaixão, compreensão e solidariedade; b) expressar o que não sem ofender, humilhar ou atacar as pessoas; c) procurar estabelecer consensos; d) lidar com a raiva, e construir um olhar de apreciação, valorizando os progressos dos outros; e) descarregar as tensões de modo saudável (exercícios físicos, meditação, relaxamento); f) tolerar diferenças e superar frustrações, de modo não destrutivo; g) usar métodos não violentos para colocar limites e estimular a disciplina.

Também cabe destacar que uma escola regulamentada com base na autonomia e na descentralização educacional, provoca exigências que demandam avanços teóricos e práticos para a ação dos gestores escolares. Primeiro, porque fazer democracia é um ato que não nasce no vazio político e segundo, porque, com a globalização, viabilizou-se uma maior apropriação das informações e conhecimentos por parte dos vários segmentos educacionais. Isso mostra que, além de trabalhar o conhecimento sistematizado, a escola deve se responsabilizar, igualmente, pelo desenvolvimento de uma Cultura de Paz.

O respeito e acolhimento às diferenças, a promoção da cidadania e ao combate a todas as formas de exclusão. Essas são ações que devem estar presentes em todas as

nossas experiências educacionais, sejam formais ou informais. Promover a Cultura de Paz e a EDH é, em síntese, promover condições concretas para que o homem possa se constituir humano em toda a sua plenitude, com todas as contradições possíveis que o exercício da convivência humana contempla.

Ao se trabalhar a EDH e a Educação para a Cultura de Paz é importante assegurar, a cada um, condições plenas de se dizer, de se perceber na relação consigo mesmo, com o outro, com os outros, com outras culturas, com o planeta e com o que transcende a materialidade das vidas.

É importante a escola motivar o aluno a se integrar em ações educativas voltadas à participação cidadã. Esse envolvimento requer esforços por mudanças na escola e na comunidade, quanto à mediação e à resolução de conflitos que surgirem no cotidiano escolar.

11

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **A educação na cidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GUIMARÃES, N. Trajetórias inseguras, automatização incerta: Os jovens e o trabalho em mercado sob intensas transições ocupacionais. In: CAMARANO A. M. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA. 2006. p. 171-197.

JARES, X. R. **Educação para a paz**: sua teoria e sua prática. Trad. Fátima Murad. 2. ed. Porto Alegre: Artemed, 2002.

MATOS, K. S. L. de (Org.). **Movimentos sociais, educação popular e escola**: a favor da diversidade. Fortaleza: UFC, 2003.

_____; VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa educacional**: o prazer de conhecer. Fortaleza: Demócrito Rocha, UECE, 2001.

_____. (Org.). **Cultura de paz, Educação e Espiritualidade**. Fortaleza: Edições IFC, 2015.

PERRENOUD, Pierre. Sucesso na escola: só o currículo, nada mais que o currículo. In: **Cadernos de pesquisa**. Revista quadrimestral. nº 119, Jul 2003. p. 9-28.

SAVIANI, N. **Saber escolar, currículo e didática**: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas: Autores Associados, 1994.

SILVA, Thomas Tadeu. **Identidades terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999a.

_____. **O currículo como fetiche**. Autêntica: Belo Horizonte, 1999b.